



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PETRA HERRANA ALMEIDA DOS SANTOS

**Abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de Escolas Classe de
Ceilândia-DF**

Brasília/DF
2024

PETRA HERRANA ALMEIDA DOS SANTOS

**Abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de Escolas Classe de
Ceilândia-DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucimara Gomes Oliveira de Moraes.

Brasília/DF
2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sa Santos, Petra Horrana Almeida dos
Abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos
de Escolas Classe de Ceilândia-DF / Petra Horrana Almeida
dos Santos; orientador Lucimara Gomes Oliveira de Moraes. --
Brasília, 2024.
46 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2024.

1. avaliação escolar. 2. Projeto Político-Pedagógico . 3.
avaliação formal. 4. avaliação informal. I. Moraes, Lucimara
Gomes Oliveira de, orient. II. Título.

PETRA HERRANA ALMEIDA DOS SANTOS

**Abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de Escolas Classe de
Ceilândia-DF**

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lucimara Gomes Oliveira de Morais (PGE/FE) - Orientadora
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Andréia Mello Lacé (PGE/FE) - Membro Efetivo
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Adriana Matos Rodrigues Pereira (TEF/FE) - Membro Efetivo
Universidade de Brasília

Profa. Me. Iraci Pereira da Silva (PGE/FE) - Suplente
Universidade de Brasília

Brasília, 05 de junho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pelo apoio incondicional em minha vida pessoal e acadêmica.

Aos meus amigos, que sempre me apoiam e admiram.

Aos professores que tanto me ensinaram durante a graduação, especialmente à minha orientadora, Professora Lucimara Morais, por toda ajuda na elaboração deste trabalho, por confiar em mim a todo momento e me encorajar. Agradeço também às professoras da banca examinadora, Andréia Mello Lacé, Adriana Matos Rodrigues Pereira e Iraci Pereira da Silva, que se dispuseram a participar da banca em um momento delicado.

E à Faculdade de Educação, que me proporcionou momentos valiosos de aprendizado e amadurecimento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de Palavras. Escola “Leitura’	21
Figura 2 – Nuvem de Palavras. Escola “Brincadeiras’	21
Figura 3 – Nuvem de Palavras. Escola “Comunidade”	22
Figura 4 – Diagrama representativo do modelo interpretativo da avaliação em sala de aula ..	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos selecionados para análise	19
Quadro 2 – Avaliação Formal da Escola “Leitura”	34
Quadro 3 – Avaliação Informal da Escola “Leitura”	35
Quadro 4 – Avaliação Formal da Escola “Brincadeiras”	37
Quadro 5 – Avaliação Informal da Escola “Brincadeiras”	38
Quadro 6 – Avaliação Formal da Escola “Comunidade”	40
Quadro 7 – Avaliação Informal da Escola “Comunidade”	41

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIA	Bloco Inicial de Alfabetização
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
FE	Faculdade de Educação
GEPA	Grupo de Pesquisa em Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PGE	Políticas Públicas e Gestão da Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RAV	Registro de Avaliação
RiUnB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
TEF	Teorias e Fundamentos
UnB	Universidade de Brasília

MEMORIAL

Meu nome é Petra Horrana Almeida dos Santos, tenho 23 anos e sou natural de Brasília-DF. Neste relato, descreverei brevemente minha trajetória desde o nascimento até os dias atuais.

Sou filha de nordestinos, minha mãe, Maria Vânia, nasceu no Ceará, e meu pai, Josenildo Isac, no Piauí. Eles se conheceram em Brasília, onde se casaram em 1999. Em abril de 2001, vim ao mundo, sendo a primogênita do casal.

Minha mãe é uma mulher inspiradora. Com 55 anos, ela é formada em pedagogia e letras e trabalhou por oito anos na educação infantil em escolas no Paranoá. Atualmente, está afastada por motivos de saúde. Sua serenidade e força sempre foram admiradas pelas pessoas que a conhecem desde nova, e me inspiro para tentar ser uma pessoa igual a ela.

Meu pai, com 52 anos, iniciou jovem sua carreira militar, posteriormente graduando-se em letras inglês. Em 2018, encerrou sua jornada militar para se tornar professor de inglês na Secretaria de Educação do DF. Seu apoio e seus ensinamentos foram fundamentais para minha formação.

Tenho dois irmãos: Raul, de 18 anos, que neste ano ingressou no curso de enfermagem na Universidade de Brasília, é lembrado por mim por sua parceria. E Arthur, de 12 anos, que é minha fonte de motivação e inspiração.

Minha infância foi marcada pela felicidade de viver no Setor O na Ceilândia-DF. Rodeada pela família e amigos, compartilhei momentos memoráveis com minha prima, minha melhor amiga e companheira. Naquela rua, descobri a verdadeira felicidade: brincadeiras e diversão. Foi lá que tive o primeiro contato com escola, estudei por um curto período em uma escola particular, passando por minha primeira adaptação escolar.

Em 2005, mudamo-nos para Asa Norte, onde tive que me adaptar a uma nova realidade. Estudei nas Escolas Classe 115 e 113 Norte, e no Centro de Ensino 07 de Brasília. Em 2013, por sorteio, ingressei no Colégio Militar de Brasília, onde estudei por seis anos e lá encontrei apoio de muitos amigos que estão comigo até hoje e foi onde consolidei minha formação educacional.

Após concluir o ensino médio no Colégio Militar de Brasília, estudei por um ano para vestibular e em agosto de 2019 entrei na Universidade de Brasília para pedagogia. Foi um período de indecisão quanto ao meu futuro acadêmico, considerando diversas áreas antes de escolher a pedagogia.

Fiz apenas o primeiro semestre presencialmente até que iniciou a pandemia em 2020, que me trouxe muitas incertezas, mas também oportunidades de crescimento. Em setembro de 2021, iniciei um estágio que integrou teoria e prática, e que me fez entender que tinha feito a escolha certa de escolher a educação.

Atualmente, realizo estágio em um ambiente não escolar, o Superior Tribunal de Justiça, explorando a educação corporativa. Esta experiência tem sido enriquecedora, ampliando minha compreensão sobre os diversos caminhos da educação e me auxiliando a enxergar futuros caminhos.

Ao refletir sobre minha jornada, escolhi a avaliação como tema para meu trabalho de conclusão de curso. Inspirada por minha jornada educacional, sendo uma aluna tímida e ansiosa, percebo na avaliação formativa um instrumento de promover um ensino mais humanizado e inclusivo.

Ao iniciar minha pesquisa, dentro das opções possíveis para escolha, optei por investigar as Escolas Classe de Ceilândia-DF. Essa escolha foi motivada pela minha ligação pessoal com o local, onde residi e mantenho laços familiares. Ceilândia não apenas moldou minha história pessoal, mas também influenciou a formação pessoal, acadêmica, profissional e cultural de meus pais e minha família.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar como são tecidas as abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de três Escolas Classe de Ceilândia – DF no ano de 2023. A avaliação é apresentada como um componente essencial do trabalho pedagógico. Quando realizada de maneira formativa, ela torna o aluno ativo em seu próprio percurso educacional e oferece ao professor a oportunidade de identificar lacunas e replanejar suas ações para ajudar o aluno a alcançar o conhecimento. Para o Projeto Político-Pedagógico, a avaliação é igualmente importante e deve ser compreendida e incorporada por toda a comunidade escolar, sendo um documento construído coletivamente. A análise documental focou em identificar como as avaliações formais e informais estão tecidas nesses documentos e como são apresentadas. A metodologia utilizada incluiu abordagem qualitativa, análise documental e bibliográfica, com dados provenientes dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas. Entre os autores consultados destacam-se Freitas (2014), Villas Boas (2006, 2007 e 2019), Luckesi (1998, 2002 e 2011) e Veiga (2013). Os resultados indicaram a necessidade de os documentos abordarem com mais clareza a forma como a avaliação informal está presente no Projeto Político-Pedagógico, uma vez que essa forma avaliativa contribui de maneira significativa na aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: avaliação escolar; Projeto Político-Pedagógico, avaliação formal; avaliação informal.

ABSTRACT

The current research aims to analyze how the evaluative approaches are woven in the Political-Pedagogical Projects of three Elementary Schools in Ceilândia – DF in 2023. Assessment is presented as an essential component of teaching work. When carried out in a formative way, it makes the student active in their own educational journey and offers the teacher the opportunity to identify gaps and rearrange their actions to help the student achieve knowledge. The assessment in the Political-Pedagogical Project is equally important and must be understood and incorporated by the entire school community, as a document constructed collectively. The document analysis focused on identifying how formal and informal assessments are prepared into these documents and how they are presented. The methodology used included a qualitative approach, documentary and bibliographic analysis, with data from the schools' Political-Pedagogical Projects. Among the authors consulted stand out: Freitas (2014), Villas Boas (2006, 2007 and 2019), Luckesi (1998, 2002 and 2011) and Veiga (2013). The results indicated the need for documents to address more clearly the way in which informal assessment is present in the Political-Pedagogical Project, since this evaluative form contributes significantly to student learning.

Keywords: school assessment; Political-Pedagogical Project, formal assessment; informal assessment.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Objetivo Geral	17
1.2	Objetivos Específicos	17
2	METODOLOGIA	18
2.1	Resultados	19
2.2	Caracterização das escolas	20
2.3	Caracterização da Ceilândia	22
3	AVALIAÇÃO NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS	24
3.1	Abordagens da Avaliação	24
3.2	Avaliação e Aprendizagem	27
3.3	Projeto Político-Pedagógico e Avaliação.....	27
4	AS ARTICULAÇÕES ENTRE AVALIAÇÃO FORMAL E INFORMAL.....	32
4.1	Escola “Leitura”	34
4.2	Escola “Brincadeiras”	37
4.3	Escola “Comunidade”	40
4.4	Reflexões sobre as análises dos Projetos Político-Pedagógicos.....	42
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso refere-se ao tema de Avaliação Escolar, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Foi realizado através de pesquisas utilizando os Projetos Político-Pedagógicos das escolas públicas do Distrito Federal. A pesquisa é conduzida pelo Grupo de Pesquisa de Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico (GEPA), no qual fui convidada pela orientadora para auxiliar na análise dos Projetos Político-Pedagógicos, documentos que delineiam as diretrizes pedagógicas e administrativas das escolas. Nesse contexto, o trabalho se concentra em investigar como a avaliação é concebida e abordada nos referidos documentos. Para isso, serão analisados os Projetos Político-Pedagógicos de três escolas públicas localizadas na região administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal.

A avaliação desempenha um papel fundamental no contexto educacional, sendo uma prática essencial nas escolas. Seu impacto é significativo tanto para os alunos quanto para os professores. Para os alunos, a avaliação promove um processo contínuo de reflexão e desenvolvimento. Em vez de serem tratados como meros objetos de análise e julgamento, a avaliação deve os engajar como participantes ativos em seu próprio processo de aprendizagem. Já para os professores, a avaliação é uma ferramenta crucial para observar o progresso do aluno, identificar lacunas de aprendizado e, a partir disso, buscar formas de ajudar o aluno a construir o conhecimento. “Avalia-se para promover a aprendizagem do aluno. Enquanto o trabalho se desenvolve, a avaliação também é feita. Aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas, pois a avaliação sempre ajuda a aprendizagem.” Villas Boas (2004) citado por Villas Boas (2007, p. 15).

A avaliação é um elemento da organização do trabalho pedagógico, capaz de influenciar a forma como os alunos aprendem e como os professores ensinam e abrange uma ampla gama de práticas. Além disso, a avaliação não se limita ao desempenho dos alunos, se estende ao desempenho dos professores e gestores, da eficácia dos projetos educacionais e do funcionamento geral da escola.

Nesse contexto, é fundamental considerar três níveis interligados de avaliação: a avaliação das aprendizagens, a avaliação institucional e a avaliação externa. A avaliação das aprendizagens ocorre no ambiente da sala de aula e no contexto escolar, buscando diagnosticar as habilidades e conhecimento dos alunos. Isso permite um planejamento adequado que contribua para que o estudante construa seu conhecimento. Além disso, conforme destacado por Fernandes (2017), este nível de avaliação está intrinsecamente ligado ao papel social da

escola, pois é nesse ambiente que os alunos aprendem a interagir socialmente e desenvolvem habilidades críticas e reflexivas.

Por sua vez, a avaliação institucional concentra-se na instituição e no coletivo que a compõe. Engloba o monitoramento e avaliação da escola, da equipe docente, das relações com a comunidade e da implementação efetiva do Projeto Político-Pedagógico. Os resultados desta avaliação são fundamentais para orientar ações e decisões que visem melhorar o desempenho escolar, beneficiando os alunos, a comunidade e a equipe educacional.

Por fim, a avaliação externa ou em larga escala diferencia-se dos níveis anteriores ao transcender o âmbito escolar, focando no sistema educacional como um todo. Seu principal objetivo é fornecer dados sobre qualidade e eficiência do ensino, fundamentais para o planejamento e a implementação de políticas públicas educacionais. Para alcançar esse objetivo, agentes externos à escola realizam testes e exames em grande escala, além da aplicação de questionários destinados a escolas e secretarias de educação. A análise desses indicadores educacionais visa o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, que possam impactar o ambiente de ensino e, sobretudo, os estudantes.

O Projeto Político-Pedagógico desempenha relevância na definição das práticas educacionais e, por consequência, na abordagem à avaliação. Esse documento, elaborado de forma coletiva e com a participação ativa de toda a comunidade escolar, deve incorporar o entendimento sobre a avaliação. Sendo assim, é responsabilidade desse coletivo garantir que a prática avaliativa esteja alinhada com os objetivos educacionais, considerando a realidade escolar e oferecendo suporte para que os estudantes desenvolvam autonomia e independência em seu processo de aprendizado.

Segundo Veiga (2013), a avaliação deve estar alinhada com os objetivos e intencionalidades educacionais delineados no Projeto Político-Pedagógico, visto por ela como um dos pilares fundamentais na sua construção. Veiga também enfatiza a importância de uma avaliação democrática e inclusiva, que promova a apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos por parte dos estudantes.

Assim, uma avaliação realizada de forma inclusiva, acolhedora, dialógica e dinâmica, devidamente incorporada no Projeto Político-Pedagógico, contribui significativamente para a construção de uma escola de qualidade, que promove o desenvolvimento integral dos alunos.

Para alcançar esse objetivo, é fundamental que a avaliação tenha a finalidade de qualificar, em vez de punir. Nesse contexto, destaca-se a abordagem da avaliação formativa. Embora seja conduzida pelo professor, os alunos desempenham papel central. Ela tem como objetivo fornecer informações ao professor de forma individualizada, medindo o progresso de

cada aluno em vez de usar critérios gerais. Nessa forma de avaliação é importante que o professor faça e dê feedbacks para ajudar a localizar as fragilidades e assim, progredir nas aprendizagens. Dessa maneira, “(...) abandona-se a avaliação unilateral (pela qual somente o aluno é avaliado e apenas pelo professor), classificatória, punitiva e excludente, porque a avaliação pretendida compromete-se com aprendizagem e o sucesso de todos os alunos.” (Villas Boas, 2007, p. 18).

Este trabalho justifica-se pedagogicamente tratando da avaliação escolar que desenvolve uma função no processo de ensino e aprendizagem, influenciando diretamente no desenvolvimento do aluno. A análise da integração da avaliação nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas é de essencial importância no contexto educacional. Este estudo visa contribuir para o desenvolvimento de abordagens avaliativas mais efetivas, promovendo um ambiente de ensino no qual os docentes possam aprimorar suas estratégias de avaliação, alinhando-as aos objetivos educacionais e à necessidade de promover o aprendizado significativo dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos 12 e 14, destaca a importância dos Projetos Político-Pedagógicos. O artigo 12 em seu inciso I estabelece: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;” (Brasil, 1996, Art. 12). E o artigo 14 define:

Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (Brasil, 1996, Art. 14).

A qualidade do sistema educacional é um pilar fundamental para o desenvolvimento do país. A Constituição Federal de 1988, no inciso I do artigo 208, garante: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;” (Brasil, 1988, Art 208). Além disso, a Constituição, em seu Artigo 206 e inciso VII, reforça como um de seus princípios a garantia do padrão de qualidade da educação. Portanto, este estudo se justifica politicamente, uma vez que contribui para fortalecer os pilares da Constituição Federal, ao buscar aprimorar a qualidade da educação. A pesquisa também se justifica socialmente, uma vez que uma educação de qualidade não apenas capacita os indivíduos, mas também os enriquece em sua totalidade, promovendo a igualdade de oportunidades e ampliando a

consciência sobre questões políticas, sociais, econômicas, de classe e de raça. Essa contribuição é fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva, consciente e igualitária.

A partir do que foi apresentado, a seguinte questão de pesquisa orientou meu trabalho: Como são tecidas as abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de três Escolas Classe de Ceilândia – DF?

A pesquisa em torno do tema “Abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de Escolas Classe de Ceilândia-DF” abrange os seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral

- Analisar como são tecidas as abordagens avaliativas nos Projetos Político-Pedagógicos de três Escolas Classe de Ceilândia – DF no ano de 2023.

1.2 Objetivos Específicos

- Compreender os conceitos de avaliação formativa, avaliação formal e avaliação informal com base na literatura selecionada por meio da revisão narrativa de literatura.

- Apresentar o conceito de avaliação, com ênfase na avaliação formativa, presentes nos Projetos Político-Pedagógicos.

- Identificar avaliação formal e informal nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de Ceilândia-DF.

2 METODOLOGIA

A pesquisa em questão adota uma abordagem qualitativa fundamentando-se nos procedimentos metodológicos de análise documental e bibliográfica. A pesquisa documental concentrou-se na análise dos Projetos Político-Pedagógicos e de leis. A leitura dos Projetos Político-Pedagógicos ocorreu inicialmente de forma exploratória, seguida de uma leitura mais aprofundada para coletar informações para construção dos quadros 2 a 7 sobre avaliação formal e informal apresentados posteriormente no capítulo 4 deste trabalho.

Quanto à análise bibliográfica, que, conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 158), consiste em “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” foi conduzida através da revisão de obras de autores que orientam o desenvolvimento do trabalho, como: Luis Carlos de Freitas (2014), Benigna Maria de Freitas Villas Boas (2006, 2007 e 2019), Cipriano Carlos Luckesi (1998, 2002 e 2011), Ilma Passos Alencastro Veiga (2013) e Jussara Hoffmann (2011).

Este trabalho se orienta por meio da revisão narrativa de literatura, por isso os trabalhos selecionados para compor o aporte teórico acerca da avaliação foram localizados nas bibliografias das disciplinas cursadas durante o curso de Pedagogia, notadamente na disciplina de avaliação escolar e estágio I e II (educação infantil e anos iniciais). De acordo com Mattar e Ramos (2021, p. 19) “a revisão narrativa seria menos sistemática”, no entanto, a profundidade de conhecimento dos textos que se desenvolveu durante os debates nas aulas das referidas disciplinas tornam a seleção desses trabalhos acadêmicos como significativos para este trabalho de conclusão de curso (Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos, 2005).

Como um exercício didático procedi com a busca de trabalhos no Repositório Institucional da UnB (RIUNB). Esta base foi escolhida devido à presença de teses e dissertações relacionadas à temática na instituição.

Para a busca, foi utilizado o operador *booleano* “AND”, combinando as seguintes palavras-chave: “projeto político pedagógico”, “avaliação formativa”, “avaliação educacional” e “avaliação escolar”. Além disso, foi aplicado o critério de inclusão para apenas dissertações e teses, a fim de selecionar textos revisados por pares. O critério de recorte temporal adotado foi dos últimos dez anos.

2.1 Resultados

Durante a leitura flutuante dos títulos, foram excluídos textos que não se relacionavam diretamente com a temática. Após essa etapa, foi feita uma análise das teses e dissertações encontradas, com ênfase em temas como "avaliação formativa", "projeto político pedagógico", "métodos avaliativos" e "trabalho pedagógico".

QUADRO 1: TRABALHOS ACADÊMICOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE

Ano	Título	Autor (a)	Base de dados	Tipo de documento
2006	Conselho de Classe: A construção de um espaço de avaliação coletiva.	Flávia Regina Vieira dos Santos	RIUNB	Dissertação
2009	A avaliação NA escola: um olhar além da sala de aula.	Leticia de Almeida Araújo	RIUNB	Dissertação
2019	A avaliação no 3º ciclo e suas implicações na organização do trabalho pedagógico de uma escola pública do Distrito Federal.	Gilcéia Leite dos Santos Fontenele	RIUNB	Dissertação
2019	Organização do Trabalho Pedagógico no 3º ciclo do ensino fundamental de uma escola pública do DF: Desafios e possibilidades.	Débora Gonçalves de Bastos	RIUNB	Dissertação
2020	Avaliação formativa e feedback: compreensão e uso por professores de matemática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.	Deire Lúcia de Oliveira	RIUNB	Tese

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Dos cinco trabalhos encontrados (quadro 1), a dissertação de Araújo (2009) foi selecionada para compor a base teórica por ter forte aderência com o objeto, a saber: avaliação formal e informal.

A dissertação “A avaliação NA escola: um olhar além da sala de aula” de Araújo (2009), teve como objetivo analisar a dinâmica avaliativa de uma escola pública do Distrito Federal. O estudo é importante pois se propõe a compreender a concepção de avaliação anunciada no Projeto Político-Pedagógico e em outros documentos escolares e a praticada pela escola. Além disso, destaca conceitos e evidencia a presença da avaliação informal nas escolas.

Durante a revisão de literatura sobre o tema, além da dissertação supracitada, identificou-se uma monografia de especialização que, embora não tenha sido identificada na base de dados consultada, foi incluída devido à sua relevância para essa pesquisa. Intitulada

“Avaliação das aprendizagens: entre a formal e informal” e de autoria de Solange Amorim Ozório Melo (2013), disponível na Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília, essa monografia se destaca por apresentar conceitos relevantes, explorar e relacionar a avaliação formal e informal, evidenciando a influência das avaliações informais nos resultados formais dos estudantes.

Após a seleção dos trabalhos acadêmicos, procedeu-se à leitura detalhada dos textos para compreender sua pertinência à temática e identificar como poderiam contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa. Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é essencial para superar incertezas e enriquecer a leitura. Nesse contexto, os trabalhos selecionados foram fundamentais ao proporcionar um aprofundamento no entendimento do tema e ao orientar o desenvolvimento deste estudo.

2.2 Caracterização das escolas

Neste estudo, foram selecionadas três escolas públicas localizadas na região administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal, como foco da pesquisa. A escolha dessas instituições baseou-se em um recorte estabelecido pelo Grupo de Pesquisa de Avaliação e Organização do Trabalho Pedagógico (GEPA).

Com o objetivo de preservar a identidade das pessoas envolvidas, optou-se por não divulgar os nomes reais das escolas analisadas. Para atribuir um nome fictício a cada instituição, em vez de utilizar denominações arbitrárias, a escolha dos nomes foi fundamentada nos Projetos Político-Pedagógicos de cada escola. Estes documentos representam uma produção coletiva da comunidade escolar, e a seleção de uma palavra desses projetos significa extrair um elemento que identifica a escola através da perspectiva de seus próprios membros.

A seleção dos nomes foi conduzida por meio do aplicativo *Voyant Tools* (Sinclair e Rockwell, 2023), que gerou nuvens de palavras para cada Projeto Político-Pedagógico. A análise dessas nuvens de palavras permitiu a escolha da palavra mais representativa e pertinente para cada escola, proporcionando uma abordagem contextualizada para a pesquisa.

A primeira escola recebeu o nome de “Leitura”, presente no documento 275 vezes; a segunda escola foi denominada de “Brincadeiras” com 176 menções; e a terceira recebeu o nome de “Comunidade” mencionada 90 vezes no Projeto Político-Pedagógico.

Figura 3 - Nuvem de Palavras. Escola “Comunidade”



Fonte: elaboração da autora com base em Sinclair; Rockwell (2023).

2.3 Caracterização da Ceilândia

Neste item, será abordada a contextualização de Ceilândia, essencial para compreender o ambiente em que as escolas pesquisadas estão inseridas. Ceilândia é uma Região Administrativa (RA) do Distrito Federal. Após a inauguração de Brasília, em abril de 1960, Ceilândia vivenciou um rápido crescimento populacional, alcançando 500 mil habitantes em 1969, dos quais 79.128 viviam em áreas consideradas irregulares.

Em 1971, Ceilândia emergiu como resultado de um projeto de realocação desses moradores de áreas irregulares. Tal reorganização ocorreu por meio da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que deu origem ao nome da cidade. As autoras Silva, Wiggers, Morais (2023, p.11) trazem uma perspectiva relevante sobre a nomenclatura da cidade: “A escolha por essa denominação para o território demonstra a negação de escuta da população local, porque desconsiderou as relações das pessoas com aquele lugar, nomeando-o a partir de elementos estranhos à vivência dos habitantes.”.

Somente em 1989, por meio do Decreto 11.921 (Governo do Distrito Federal, 2021), Ceilândia foi oficialmente reconhecida como uma Região Administrativa do Distrito Federal. A trajetória da cidade reflete uma narrativa complexa de desafios e adaptação às necessidades da população.

Atualmente, com base nos dados mais recentes da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, Ceilândia destaca-se como a Região Administrativa com a maior população da Unidade de Planejamento Territorial (UPT) Oeste, que inclui as Regiões

Administrativas de Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Taguatinga. A população de Ceilândia atinge a marca de 350.347 pessoas, consolidando sua posição como um dos centros urbanos mais densamente habitados da região.

Ceilândia é marcada por uma significativa influência nordestina, evidenciada pelo fato de que a maioria que migraram para a região, provenientes de fora do Distrito Federal, têm origem no nordeste do país. Segundo a Codeplan (2021), o estado mais frequentemente mencionado como local de nascimento pelos entrevistados foi o Piauí, representando 15,3% do total.

Além da riqueza demográfica e cultural nordestina, Ceilândia se destaca como um importante polo cultural no Distrito Federal, especialmente voltado para a periferia. O cenário cultural na cidade é notável, abrangendo diversas formas de expressão artística, como música, filmes, poesia e dança, que ganham vida nos diversos locais de encontro da comunidade local.

O programa Jovem Expressão, iniciativa idealizada pelo deputado Max Maciel e atualmente coordenada por Antônio Pádua, é uma organização voltada para a garantia dos direitos da juventude. Iniciado em 2007 na Praça do Cidadão em Ceilândia-DF, o programa atende jovens de 18 a 29 anos, promovendo seu bem-estar e desenvolvimento integral. Através de ações gratuitas, o Jovem Expressão foca em quatro eixos principais: educação, cultura, empreendedorismo e saúde mental. Suas iniciativas incluem oficinas de arte e educação, eventos culturais, terapia comunitária, prevenção à violência e uso de drogas, além de cursos preparatórios para o vestibular e ENEM.

O programa contribui culturalmente e formativamente para os jovens da região, constituindo um espaço inclusivo que valoriza a juventude periférica e promove transformações nas realidades através da arte, cultura e educação.

3 AVALIAÇÃO NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Neste capítulo será apresentado o conceito de avaliação, dando ênfase à avaliação formativa como instrumento essencial no processo educativo. Ademais, será explorada a relevância do Projeto Político-Pedagógico, destacando a necessidade de incorporar a avaliação nesse documento crucial para organização do trabalho pedagógico.

O ato de avaliar deve ser incorporado na prática educativa e em todo processo de ensino e aprendizagem. Luckesi (2000) enfatiza:

A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam. (Luckesi, 2000, s/p).

Por isso, é fundamental adotar uma abordagem avaliativa que seja integradora e promova o desenvolvimento integral dos estudantes. O educador deve observar as ações pedagógicas com o propósito de tomar decisões sobre como melhorar ou ajustar as práticas educativas para atender as necessidades dos alunos. Não se trata de apenas medir o desempenho do estudante, mas também valorizar suas conquistas, progressos e esforços ao longo do processo educativo.

3.1 Abordagens da Avaliação

A educação deve priorizar a avaliação como uma prática constante, que valoriza o aprendizado do aluno e demanda um comprometimento dos educadores. O objetivo principal da avaliação escolar deve focar na aprendizagem, acompanhando e potencializando o processo de desenvolvimento do estudante.

Para que a avaliação cumpra essa função, é fundamental que ela adote uma natureza formativa. Assim, a primeira abordagem a ser explorada neste item é a avaliação formativa, conforme definida por Villas Boas (2006 e 2019).

A avaliação formativa é essencialmente processual, estendendo-se ao longo de todo processo de aprendizagem. Não deve ser limitada a um único momento ou a um único instrumento avaliativo, pois a diversidade de estilos de aprendizagem entre alunos exige abordagens ampliadas.

Um elemento importante da avaliação formativa é a colaboração entre professor e aluno. Embora o professor desempenhe um papel coordenador, o aluno deve ser um participante ativo,

ciente dos objetivos e das expectativas, compreendendo seu próprio papel no processo avaliativo. Como observado por Méndez (2002) e citado por Villas Boas (2019, p. 16): “Nessa avaliação tudo se negocia: desde a justificativa da própria avaliação até seu formato e o papel de cada um. Ressalta a importância da negociação e dos critérios de avaliação, da transparência de todo o processo e de sua integração ao currículo.”.

A avaliação formativa se destaca pela relevância do *feedback*. Esse retorno contínuo oferece informações sobre o progresso do aluno, identificando as áreas em que o estudante se destaca e as oportunidades de melhoria. Para Villas Boas (2006):

O *feedback* atende ao professor e ao aluno. O primeiro o usa para decisões programáticas sobre prontidão, diagnose e recuperação. O segundo o usa para acompanhar as potencialidades e fraquezas do seu desempenho, para que aspectos associados a sucesso e alta qualidade possa ser reconhecidos e reforçados, assim como os aspectos insatisfatórios possam ser modificados ou melhorados (Villas Boas, 2006, p. 81).

O *feedback* não apenas beneficia o aluno em seu processo de aprendizagem, mas também capacita o professor a realizar ajustes e intervenções pedagógicas necessárias. Isso reforça a ideia do papel democrático da escola, em que o aprendizado não é um caminho único. A educação é dinâmica e os planejamentos devem ser flexíveis, permitindo adaptações para atender às necessidades individuais e coletivas dos alunos.

Outra abordagem importante é a avaliação diagnóstica, conforme definida por Sant’Anna (1995) e Luckesi (2002). A avaliação diagnóstica ocorre no início de cada período letivo e ao longo do processo de ensino, servindo como um indicador para avaliar o domínio de conhecimento e habilidades dos estudantes. Conforme Sant’Anna (1995, p. 33) destaca: “A avaliação diagnóstica visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem”. Permite, assim, averiguar as causas de dificuldades de aprendizagem, proporcionando uma base para intervenções pedagógicas direcionadas.

Essa forma de avaliação pode ser uma ferramenta para os educadores, permitindo-lhes identificar e atender às necessidades individuais dos alunos. Quando aplicada de maneira adequada, ela não apenas fornece informações sobre o nível de compreensão dos alunos, mas também contribui para um planejamento pedagógico mais alinhado e inclusivo.

Luckesi (2002) ressalta a natureza inclusiva da avaliação diagnóstica:

O objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem do educando, é que ela é inclusiva, na medida em que não seleciona os educandos melhores dos piores, mas

sim subsidia a busca pelo qual todos possam aprender aquilo que é necessário para seu próprio desenvolvimento (Luckesi, 2002. p. 40).

A avaliação diagnóstica, portanto, não se limita à investigação inicial, mas deve mobilizar ações pedagógicas contínuas que promovam a ampliação do conhecimento dos alunos. Ela é funcional e processual, constituindo uma parte da avaliação formativa, comprometida com o acompanhamento e desenvolvimento do estudante.

Em resumo, quando utilizada de maneira não classificatória e excludente, a avaliação diagnóstica valoriza a individualidade dos estudantes e promove uma abordagem educacional mais equitativa, inclusiva e contínua.

Por fim, será apresentada a avaliação somativa, conceituada por Haydt (2008), Luckesi (1998 e 2011) e Villas Boas (2019). A avaliação somativa é tradicionalmente realizada ao término de uma unidade, período ou ano letivo, caracterizando-se pela atribuição de notas ou conceitos, frequentemente por meio de provas e exames. Esta abordagem é vista como pontual, focando no resultado final do aprendizado. Haydt (2008) descreve:

A avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra ou de um grau para outro (Haydt, 2008, p. 18).

Luckesi (2011), faz uma distinção importante sobre os termos “avaliar” e “examinar”, destacando que, embora as instituições utilizem o termo “avaliar”, muitas vezes a prática se assemelha mais a um exame, centrado no desempenho final e na classificação do aluno. Complementa Luckesi (1998):

A aferição da aprendizagem escolar é utilizada, na quase totalidade das vezes, para classificar os alunos em aprovados ou reprovados e nas ocasiões em que se possibilita uma revisão dos conteúdos, em si, não é para proceder a uma aprendizagem ainda não realizada ou ao aprofundamento de determinada aprendizagem, mas sim para “melhorar” a nota do educando e, com isso, aprová-lo (Luckesi, 1998, p. 91).

Entretanto, a avaliação somativa não precisa ser trabalhada exclusivamente na lógica dos exames. Na verdade, a sua vocação pode ser formativa, desde que incorporada em um processo mais amplo que inclui observações, atividades complementares e intervenções pedagógicas. Como discute Villas Boas (2019):

O conjunto de dados coletados ao longo do processo precisa ser incorporado a notas/conceitos/menções, quando requerido. Temos insistido: avaliar é um processo mais amplo. (...) Assim, a adoção de notas não é um empecilho inicial para a prática da avaliação formativa. Se elas forem drasticamente abolidas, o que será colocado em seu lugar? Pode ser construído em toda a escola um processo em que elas sejam minimizadas e consideradas como decorrência, para que, aos poucos, percam seu lugar de destaque (Villas Boas, 2019, p. 17).

Em uma educação comprometida com as aprendizagens, a avaliação somativa pode ser integrada de maneira complementar a avaliação formativa, fornecendo um conjunto de dados que não apenas classifica, mas também promove a aprendizagem contínua e inclusiva. Essa abordagem permite que a avaliação somativa não apenas verifique os resultados obtidos, mas também apoie o desenvolvimento e formação dos alunos.

3.2 Avaliação e Aprendizagem

A avaliação, quando ancorada em um modelo tradicional que se mostra autoritário ao examinar, classificar e selecionar os alunos, acaba por instaurar sentimentos de medo e frustração, frequentemente exacerbados pela ênfase em provas e notas. Em contrapartida, a aprendizagem se revela como um processo multifacetado e individualizado, manifestando-se de maneiras variadas conforme as peculiaridades e contextos de cada aluno.

Neste contexto dinâmico e diversificado da aprendizagem, torna-se imperativo que a abordagem avaliativa seja flexível e adaptável, capaz de contemplar as distintas experiências e capacidades dos estudantes. A responsabilidade da escola, portanto, transcende a simples transmissão de habilidades básicas como leitura e escrita. Ela deve ser concebida como um ambiente que promove o desenvolvimento integral do aluno, estimulando o pensamento crítico, a reflexão e a formação cidadã.

A visão de Hoffmann (2011, p. 1) se alinha a essa perspectiva ao declarar que “A avaliação da aprendizagem se consubstancia no contexto próprio da diversidade.”. Essa afirmação ressalta a necessidade de uma abordagem avaliativa que reconheça e valorize as diferenças individuais de cada aluno. Portanto, ao invés de adotar uma avaliação padronizada e homogênea, é essencial que se promova uma avaliação sensível, que considere as características e contextos singulares de cada estudante.

3.3 Projeto Político-Pedagógico e Avaliação

Neste item, o foco é aprofundar o entendimento sobre o Projeto Político-Pedagógico. Inicialmente, será delineado o conceito de Projeto Político-Pedagógico, seguindo da avaliação como componente integrante deste documento. Em seguida, será realizada uma análise sobre como a avaliação é abordada nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Classe de Ceilândia-DF. Para embasar esta análise, serão utilizados os estudos de Araújo (2009) e Veiga (2013).

O Projeto Político-Pedagógico é um documento essencial que guia as práticas pedagógicas, administrativas e políticas das instituições de ensino, visando formar cidadãos conscientes e críticos. Em sua essência, deve ser construído de forma participativa, refletindo uma concepção de coletividade e democracia. Como explicado por Veiga (2013):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani, 1983, p. 93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, 2013, p. 13).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na Lei nº 9.394, de 1996, em seus artigos 12, 13 e 14, estabelece as incumbências dos estabelecimentos de ensino, dos docentes e dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola. Esse processo deve ser participativo, envolvendo ativamente professores, alunos, funcionários e comunidade. A legislação promove a ideia de que a construção desse documento deve refletir a realidade e necessidades específicas de cada escola, envolvendo todos os atores interessados na comunidade escolar. A lei incentiva as instituições a assumirem um papel ativo na definição de seus objetivos, valores e metas.

Para Martins (2012), o Projeto Político-Pedagógico surgiu como uma oportunidade para considerar as características únicas e diversas de cada escola, levando em conta tanto a realidade concreta quanto às aspirações ideológicas e busca abordar a variedade de experiências e formas de convivência presentes nesse ambiente.

A abordagem da avaliação neste documento não deve ser encarada apenas como um instrumento para medir a eficiência, mas sim como uma ferramenta essencial para uma compreensão crítica da realidade escolar. Para Araújo (2009):

Destaca-se a avaliação como um dos eixos centrais para a organização do trabalho pedagógico. Um projeto político-pedagógico que esteja preocupado em atender as necessidades da escola necessariamente tratará das práticas avaliativas que devem ser inseridas no cotidiano escolar por parte de todos que dele fazem parte (Araújo, 2009, p. 35).

Por meio dela, a escola é instigada a refletir e organizar como colocar em prática as aspirações estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico ou a buscar soluções para aprimorá-las. A avaliação deve ser encarada como uma prática contextualizada politicamente e

socialmente, levando em consideração os diferentes contextos presentes no grupo social. Isso é fundamental para compreender as implicações que a avaliação tem no Projeto Político-Pedagógico e, conseqüentemente, nas práticas pedagógicas da escola. Como salienta Veiga (2013, p. 32): “A avaliação tem um compromisso mais amplo do que a mera eficiência e eficácia das propostas conservadoras. Portanto, acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico”.

Nesta análise inicial dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas pesquisadas, destacam-se os aspectos relacionados ao processo avaliativo. No próximo capítulo serão detalhados e explorados de forma mais minuciosa. Iniciando pela escola denominada “Leitura”, seu Projeto Político-Pedagógico destaca o uso de avaliações diagnósticas para identificar fragilidades em diferentes áreas. Além disso, aponta que adotam uma abordagem formativa contínua e participativa, ressaltando que essa abordagem promove a autoavaliação dos estudantes, permitindo-lhes refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem.

O Acompanhamento do Desempenho Escolar do Estudante contribui para que a avaliação se constitua em um processo contínuo, participativo e com perspectiva formativa, cuja análise das informações favoreça a reflexão e o redirecionamento do trabalho pedagógico, uma vez que permite ao professor, em tempo hábil, diagnosticar a aprendizagem do estudante e seu ritmo, bem como intervir sobre as dificuldades encontradas (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023a, p. 41).

É relevante observar que o documento enfatiza o uso das avaliações como base para revisão e aprimoramento das práticas pedagógicas, demonstrando um compromisso com a melhoria constante com a organização do trabalho pedagógico. No entanto é importante notar que o Projeto Político-Pedagógico menciona a realização de simulados com base em avaliações externas ao longo do ano letivo. Isso pode não estar totalmente alinhado aos princípios de uma avaliação formativa, pois tais simulados tendem a focar na preparação para testes padronizados, em vez de promover o desenvolvimento individual de cada aluno.

Além disso, a prática de realizar simulados pode comprometer a obtenção de dados precisos sobre o progresso dos alunos, dificultando a avaliação da qualidade e eficácia do ensino. Isso pode impactar negativamente nas propostas de políticas públicas educacionais, uma vez que os resultados desses testes podem não refletir fielmente o verdadeiro desempenho dos alunos.

O Projeto Político-Pedagógico da escola “Brincadeiras”, assim como o da escola anteriormente mencionada, enfatiza o uso da avaliação diagnóstica, especialmente após a pandemia do COVID-19, com foco em áreas como Matemática e Língua Portuguesa. Essas avaliações são utilizadas para orientar intervenções individuais ou em grupo, visando atender

às necessidades específicas dos alunos. Além disso, o documento destaca a implementação de uma avaliação formativa e processual, que utiliza uma variedade de instrumentos e recursos, incluindo observação cotidiana, testes da psicogênese e relatórios individuais.

É relevante ressaltar a ênfase dada pelo Projeto Político-Pedagógico ao conselho de classe, reconhecendo-o como uma oportunidade para analisar os processos de ensino e aprendizagem sob diversas perspectivas.

Se o conselho é mal planejado, ele se transforma em um desabafo coletivo e em uma cascata de queixas, que mais se assemelha a um tribunal onde o estudante é o réu. Infelizmente, em vez de deter a análise sobre o que o estudante produz, muitas vezes as discussões giram em torno daquilo que ele não faz - não realiza as lições de casa, não traz o material, falta em muitas aulas, não entrega as atividades - ou que faz inadequadamente - conversa muito durante as aulas, copia o trabalho dos colegas, é desrespeitoso com o professor (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023b, p. 57).

O documento destaca a importância de evitar que as discussões se restrinjam apenas ao comportamento dos alunos, direcionando o foco para uma compreensão mais abrangente do processo de aprendizagem. Isso implica em considerar não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

A escola “Comunidade”, em contraste com as abordagens da “Leitura” e “Brincadeiras”, aprofunda a discussão sobre avaliação em seu Projeto Político-Pedagógico. Antes de detalhar suas práticas avaliativas, o documento ressalta a importância da flexibilidade e da sensibilidade às diversas formas de convivência presentes no ambiente escolar. Destaca-se a necessidade de contextualização e inclusão, como expresso na seguinte passagem:

A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada, tendo suas concepções e práticas refletidas revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola pública do DF (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023c, p. 35).

Essa citação é essencial no Projeto Político-Pedagógico, um documento que busca uma educação mais democrática, pois instiga a reflexão sobre como a escola pode se tornar mais inclusiva, acessível e eficaz na promoção do aprendizado de todos os estudantes. Ela ressalta a importância de incorporar estratégias e políticas que reconheçam e respondam às diversas realidades e necessidades dos alunos, especialmente dentro desse documento.

Além disso, o documento ressalta a utilização da avaliação diagnóstica em matemática e língua portuguesa, que após analisar os resultados segue por uma abordagem formativa e processual. Na educação infantil, a avaliação é realizada por meio de observações sistemáticas, centradas no aluno e em suas necessidades individuais. Como aponta o documento: “A

observação do desempenho e desenvolvimento da criança é comparada a ela mesma e nunca a seus pares.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023c, p. 125).

Um aspecto interessante abordado no Projeto Político-Pedagógico é a maneira como a avaliação das classes especiais é tratada. A escola enfatiza uma abordagem formativa e inclusiva, reconhecendo a avaliação como uma ferramenta para identificar necessidades, adaptar o ensino e promover o desenvolvimento dos alunos. Além disso, é dada importância ao registro detalhado do processo de aprendizagem, facilitando o estudo de estratégias e recursos adaptados às necessidades desses alunos.

Outro destaque importante é o Registro de Avaliação (RAV), descrito como um instrumento pelo qual os professores registram detalhadamente o processo de aprendizagem de cada estudante durante o bimestre, proporcionando uma visão abrangente e individualizada do progresso dos alunos. Explica o documento: “Ele se traduz em um texto descritivo do professor de caráter técnico com o intuito de elencar o processo de aprendizagem dos estudantes” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023c, p. 128).

Por fim, o Projeto Político-Pedagógico ressalta a natureza contínua da recuperação na escola “Comunidade”, oferecendo intervenções pontuais, como reforço escolar ou projetos interventivos, para garantir o acompanhamento e apoio necessários aos alunos em seu processo de aprendizagem.

Neste capítulo, foi explorado diversas abordagens da avaliação educacional, desde a avaliação formativa até a avaliação somativa, destacando suas características, objetivos e implicações no processo de ensino aprendizagem. Além disso, foi analisada a relação entre a avaliação e o Projeto Político-Pedagógico das Escolas Classe de Ceilândia-DF, evidenciando a importância de uma abordagem participativa e contextualizada para garantir a efetividade das práticas avaliativas.

4 AS ARTICULAÇÕES ENTRE AVALIAÇÃO FORMAL E INFORMAL

Este capítulo aborda as relações entre os processos de avaliação formal e informal nas Escolas Classe de Ceilândia-DF, conforme delineado pelo Projeto Político-Pedagógico. Serão aplicadas as pesquisas de Melo (2013) e Freitas (2014).

A avaliação ocorre de diversas maneiras e em diferentes formas. A avaliação formal é aquela mais comumente associada ao contexto escolar, e seu conceito é definido no dicionário da avaliação educacional como:

A avaliação formal é o exercício institucionalizado da avaliação, a qual ocorre de forma estruturada, sistematizada e intencional, estando diretamente planejada frente aos objetivos previamente estabelecidos para o processo formativo, com vistas à concretização efetiva da relação ensino-aprendizagem. Perceptivelmente, essa modalidade de avaliação se manifesta em instrumentos categóricos e objetivos, vinculados a critérios e finalidades palpáveis, os quais podem ter sido estipulados pelos sistemas de ensino, pelas instituições ou mesmo pelos docentes (Rodrigues, 2023, p. 27).

Essa modalidade de avaliação se manifesta por meio de instrumentos mais explícitos, com provas, testes, trabalhos e relatórios. Freitas (2014, p. 27) aborda os resultados desse tipo de avaliação, observando que: “resultados da avaliação podem ser examinados objetivamente pelo aluno, à luz de um procedimento claro”.

Por outro lado, a avaliação informal ocorre no cotidiano escolar e possui um caráter mais subjetivo, ao contrário da avaliação formal. Como observado por Pinto (1994) e citado por Freitas (2014, p. 27): “a construção, por parte do professor, de juízos gerais sobre o aluno, cujo processo de constituição está encoberto e é aparentemente assistemático e nem sempre acessível ao aluno”. Podendo acontecer por meio de observações, expressões e diálogos, tanto de forma consciente quanto inconsciente.

Apesar de ocorrer de maneira inconsciente, é importante destacar que o professor deve ter cautela ao realizar essa forma de avaliação, para garantir que esses juízos não influenciem negativamente suas práticas e interações com os alunos. Embora não seja uma avaliação formalmente institucionalizada, pode influenciar significativamente na percepção e nas atitudes dos envolvidos como apontado por Melo (2013, p. 15): “A avaliação informal pode conduzir ao rótulo passando a constituir uma verdade formal em que se acredita e se faz investimentos de condutas”.

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Classe de Ceilândia-DF revelou as descrições dos métodos utilizados na avaliação formal. Inicialmente, uma ampla gama de categorias foi identificada para agrupar os métodos apresentados no documento.

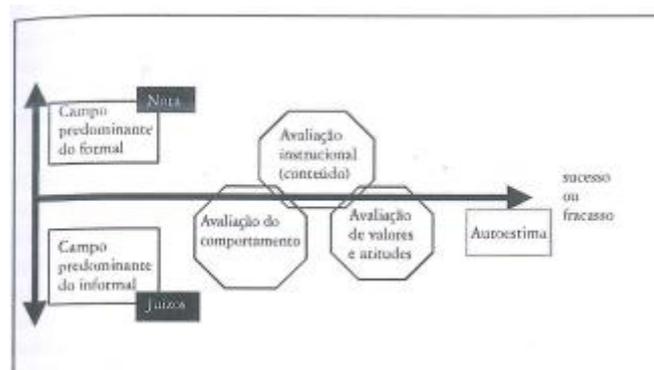
Seguindo os princípios de análise temática discutidos por Jovchelovich e Bauer (2002), foi realizado um processo de redução progressiva, em que as categorias foram gradualmente condensadas em três rodadas. Como resultado, foram estabelecidas as três categorias finais: avaliação diagnóstica, conselho de classe e instrumentos avaliativos.

A categoria “Avaliação diagnóstica” refere-se aos métodos e práticas utilizadas para identificar as habilidades, competências e necessidades dos alunos no início de um processo de ensino ou em determinados estágios do aprendizado. A segunda categoria construída foi “Conselho de Classe” é uma instância de análise e discussão coletiva sobre o desempenho dos alunos para elaborar estratégias de melhoria de qualidade do ensino e aprendizagem. E a terceira categoria diz respeito aos “Instrumentos avaliativos” abrange os diferentes tipos de instrumentos e procedimentos utilizadas para avaliar o desempenho dos alunos.

Para a avaliação informal, a leitura foi mais desafiadora do que para a avaliação formal, uma vez que foi necessário encontrar pistas dentro dos Projetos Político-Pedagógicos. O uso do atalho “Ctrl + F” para buscas rápidas não resultou em referências sobre “avaliação informal”. A localização dessa avaliação demandou busca por indícios no documento, evidenciando a ausência de discussões explícitas sobre esse tipo de avaliação no Projeto Político-Pedagógico. Por que o documento é tão omissivo acerca da avaliação informal, sendo ela tão relevante na aprendizagem (Freitas, 2014)?

A avaliação informal também repercute nas aprendizagens dos estudantes. Freitas (2014) apresenta um diagrama (figura 4) que representa os campos predominantes da avaliação formal e informal, refletindo os diferentes aspectos avaliados pelos professores, tais como conteúdo, comportamento, valores e atitudes, cuja junção pode determinar o sucesso ou fracasso do aluno. Demonstrando que, de fato, a avaliação informal tem impacto no desempenho do estudante.

FIGURA 4: Diagrama representativo do modelo interpretativo da avaliação em sala de aula



Fonte: Freitas, 2014, p. 29.

Além disso, assim como na avaliação formal, foram aplicados os princípios de análise temática para avaliação informal. Inicialmente, identificou-se um número maior de categorias para abranger as observações localizadas no Projeto Político-Pedagógico em que foram encontradas formas de avaliação informal. Após o processo de condensação, essas categorias também foram reduzidas a três: fortalece o direito a educação, preventiva e ameaça ao direito a educação.

Na categoria “Fortalece o direito à educação”, estão incluídas as observações do Projeto Político-Pedagógico que indicam práticas e políticas que promovem o acesso à educação e contribuem para igualdade de oportunidades de aprendizagem para os estudantes.

Na categoria “Preventiva” são aspectos do Projeto Político-Pedagógico que abordam medidas preventivas para lidar com possíveis problemas ou dificuldades que os alunos possam enfrentar em seu processo de aprendizagem.

Na categoria “Ameaça ao direito à educação”, vindo como um contraponto à categoria de “Fortalece o direito à educação”, aqui estão agrupadas as investigações que indicam situações ou práticas que representam potenciais ameaças ao direito à educação dos alunos.

Com as categorias apresentadas e definidas, o próximo passo é a apresentação dos quadros das três Escolas Classe da Ceilândia-DF, incluindo exemplos e observações extraídos dos Projetos Político-Pedagógicos para ilustrar cada categoria.

4.1 Escola “Leitura”

QUADRO 2: AVALIAÇÃO FORMAL DA ESCOLA “LEITURA”

Categoria	PPP
1) Avaliação diagnóstica	Mapeamento ortográfico Psicogênese Ditados Leitura Produção de texto Letramento matemático Bloco Inicial de Alfabetização (BIA): Psicogênese da escrita Leitura Matemática

	<p>4º e 5º ano:</p> <p>Nivelamento textual</p> <p>Leitura</p> <p>Matemática</p>
2) Conselho de classe	<p>A escola utiliza o texto do “Currículo em Movimento” para caracterizar o Conselho de Classe, realizado ao final de cada bimestre, período ou conforme necessidade. O objetivo é analisar eticamente a aprendizagem dos estudantes, abordando necessidades individuais, intervenções realizadas, avanços no ensino aprendizagem e estratégias pedagógicas adotadas. Os registros documentam os processos e ações pedagógicas, sendo disponibilizados para facilitar a continuidade do trabalho entre docentes.</p>
3) Instrumentos avaliativos	<p>Sondagens bimestrais: teste da psicogênese e nivelamento textual.</p> <p>Avaliações institucionais.</p> <p>Simulados baseados em avaliações externas.</p> <p>Observação individual dos alunos.</p> <p>Para pais e responsáveis: Questionários enviados para entender a realidade da comunidade e participação em reuniões bimestrais.</p> <p>Avaliação formativa: “É entendida como uma atividade que deve orientar o processo de ensino e aprendizagem e verificar os saberes a fim de melhorar a prática pedagógica. Deve fazer parte do dia a dia dos alunos qualificando seus avanços e apresentando soluções para superação de suas dificuldades. Deve nortear o planejamento das aulas e estratégias de ensino. Percebem também que o professor avalia todo o processo quando entende criticamente o resultado da avaliação feita pelo aluno.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023a, p. 20).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

QUADRO 3: AVALIAÇÃO INFORMAL DA ESCOLA “LEITURA”

Categoria	PPP
1) Fortalece o direito à educação	<p>Ceilândia:</p> <p>“Tem uma economia forte, baseada principalmente no comércio e na indústria e é considerada também um celeiro cultural e esportivo, por conta de sua</p>

	riquíssima diversidade artística e pelos atletas que despontam no cenário nacional e mundial.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023a, p. 11).
2) Preventiva	<p>Projeto Político-Pedagógico:</p> <p>“Desenvolver um Projeto que privilegie a interação com a comunidade escolar e voltado para a educação com igualdade e equidade, buscando estratégias para uma educação que permita a inclusão de todos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação, pois acreditamos que todos podem aprender e que todos somos iguais nas diferenças.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023a, p. 6).</p> <p>Princípios orientadores:</p> <p>“O que queremos é que cada criança seja respeitada nas suas capacidades e limites; que cada uma tenha seu desenvolvimento, interesses e necessidades peculiares satisfeitos porque vive num contexto sociocultural que precisa ser considerado.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023a, p. 20).</p>
3) Ameaça ao direito à educação	<p>“Algumas variáveis interferem no cotidiano da escola, contribuindo para que a filosofia, missão e objetivos não sejam plenamente atingidos. Podemos destacar a falta de acompanhamento familiar de muitos alunos, o espaço físico inadequado ao desenvolvimento de certas atividades, (reforço e psicomotricidade), falta de unidade nas relações interpessoais em dados momentos.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023a, p. 40).</p> <p>“A pandemia revelou as fragilidades do ensino remoto e, como consequência, as dificuldades pedagógicas de vários estudantes diante do que foi ofertado. Além do caráter pedagógico, outras dificuldades ficaram evidentes, como os traumas afetivos e falta de acompanhamento familiar, que preocupou a todos e que também terão suporte dentro desta instituição de ensino, com o auxílio de profissionais habilitados.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023a, p. 40).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na categoria “Fortalece o direito à educação”, a escola “Leitura” destaca aspectos positivos da região da Ceilândia, reconhecendo-a como um ambiente propício para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, acessível e inclusiva, culturalmente enriquecedora. Isso ressalta o compromisso da escola com a promoção de uma educação que valorize a diversidade e a inclusão.

Na categoria “Preventiva”, os trechos foram selecionados porque, no primeiro, aponta-se que o Projeto Político-Pedagógico foi concebido com propósito de evitar ou mitigar práticas

educacionais excludentes e discriminatórias, reconhecendo o potencial de aprendizado de todos os alunos. No segundo trecho, expressa-se o desejo da escola de que cada criança seja respeitada em suas capacidades individuais, dentro de um contexto sociocultural que requer consideração. Ambos os trechos promovem uma educação que previne a exclusão e discriminação, ao respeitar e responder às necessidades individuais dos alunos.

Por outro lado, na categoria “Ameaça ao direito à educação”, os trechos destacam fatores que representam desafios e obstáculos para realização plena da educação. No entanto, o documento acaba por não levar em consideração as diversas variáveis envolvidas. A escola parece responsabilizar apenas a família, adotando um olhar pouco sensível e até mesmo julgador em relação aos alunos. A simplificação das causas dos problemas educacionais e transferência de responsabilidade para as famílias podem perpetuar desigualdades e injustiças educacionais.

Em suma, a análise da avaliação informal da escola “Leitura” revela um compromisso com uma educação inclusiva e culturalmente enriquecedora, mas também evidencia a necessidade de uma abordagem mais abrangente e sensível aos desafios educacionais.

4.2 Escola “Brincadeiras”

QUADRO 4: AVALIAÇÃO FORMAL DA ESCOLA “BRINCADEIRAS”

Categoria	PPP
1) Avaliação diagnóstica	<p>Realizado pela escola (não especifica como):</p> <p>Apresentou defasagem significativa no processo de alfabetização e variações no letramento matemático.</p> <p>Feito pela SEDF:</p> <p>Itens de português e matemática - maior impacto negativo nas habilidades matemáticas do que nas habilidades Língua Portuguesa no 3º e no 5º ano.</p>
2) Conselho de classe	<p>O Conselho de Classe ocorre bimestralmente, mas pode ser convocado conforme necessidade. É uma oportunidade para os professores analisarem os processos de ensino e aprendizagem. Quando bem conduzido, favorece a reflexão sobre o currículo, metodologia e sistema de avaliação. No entanto, quando mal planejado, pode se tornar uma sessão de queixas centradas no comportamento dos alunos ao invés de sua produção. A participação de profissionais como orientadores, pedagogos e psicólogos é fundamental para compreender as questões cognitivas, afetivas e sociais que afetam a aprendizagem. Para</p>

	tornar as reuniões produtivas, é essencial que tenham objetivos e realizem um planejamento prévio.
3) Instrumentos avaliativos	<p>Aplicação de testes da psicogênese ou testes para avaliação das aprendizagens, com tabulação dos resultados e análise do progresso dos alunos.</p> <p>Relatório descritivo individual bimestralmente para estudantes do ensino fundamental e semestralmente para os alunos da educação infantil.</p> <p>Observação cotidiana da produção dos estudantes.</p> <p>Realização de avaliações externas e institucionais realizadas semestralmente.</p> <p>Avaliação formativa - utiliza instrumentos e recursos diversos não mencionados.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

QUADRO 5: AVALIAÇÃO INFORMAL DA ESCOLA “BRINCADEIRAS”

Categoria	PPP
1) Fortalece o direito à educação	<p>Vínculos com a comunidade escolar:</p> <p>“Apesar de uma considerável rotatividade de estudantes, ocasionada pela necessidade de mudança de endereço por parte de suas famílias, é comum encontrar nos dias de hoje pais e mães que foram estudantes desta Instituição Educacional e que por isso estabelecem vínculos afetivos com os funcionários e com alguns eventos realizados pela escola.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023b, p. 9).</p>
2) Preventiva	Não foi localizada.
3) Ameaça ao direito à educação	<p>“A participação da comunidade escolar foi muito tímida, para não dizer quase inexistente, ficando a cargo da equipe gestora e coordenação fazerem as devidas alterações em virtude do trabalho e ensino remoto.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023b, p. 6).</p> <p>“A participação da comunidade permanece tímida e limitada aos encontros em reuniões bimestrais. Foi demasiadamente trabalhoso realizar a revisão do presente documento devido ao pouco, ou nenhum, interesse da comunidade escolar em sua construção, mesmo a Equipe Gestora reforçando continuamente sua importância.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023b, p. 8).</p> <p>“Com relação aos aspectos socioambientais, nota-se que parte da comunidade, apesar de possuir algum conhecimento a respeito de cuidados básicos com o meio ambiente, polui as redondezas da escola. Exemplo disso é o descarte de lixo e outros detritos em</p>

	<p>áreas públicas, ocasionando o aparecimento de focos de mosquitos transmissores de doenças, além de roedores, dentro do ambiente escolar.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023b, p. 15).</p> <p>“Em eventualidades devidamente justificadas, haverá tolerância de 15 minutos na entrada. Após a tolerância, o responsável pelo estudante, deverá justificar-se no registro de atrasos que fica na portaria. Em casos de reincidência a criança poderá ser impedida de assistir à aula até que o responsável compareça à Direção. Permanecendo a reincidência de atrasos consecutivos o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar para que sejam tomadas as providências necessárias.” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023b, p. 35).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na categoria “Fortalece o direito à educação”, a escola “Brincadeiras” destaca a importância dos vínculos afetivos estabelecidos entre a escola e comunidade local. Apesar da rotatividade de estudantes, ainda há uma conexão afetiva entre os pais e mães que foram alunos da instituição, sugerindo um senso de pertencimento e continuidade na comunidade escolar. Isso fortalece o apoio e envolvimento da comunidade com a educação dos estudantes.

Para a categoria “Ameaça ao direito à educação” os trechos evidenciam a falta de participação da comunidade escolar e problemas socioambientais. No entanto, destaca-se a transferência de responsabilidade para a família. Ao atribuir a falta de participação da comunidade escolar apenas à ausência de engajamento dos pais e responsáveis, a escola pode estar ignorando seu próprio papel na promoção da participação e envolvimento da comunidade. Além disso, ao atribuir à comunidade escolar a responsabilidade pelos problemas ambientais, como a poluição nas redondezas da escola, sem uma verificação precisa da origem desses problemas, a escola pode estar simplificando uma questão complexa. Isso pode resultar em uma falta de colaboração e cooperação entre escola e a comunidade na busca por soluções eficazes para os problemas ambientais.

Portanto, ao transferir inadequadamente a responsabilidade para família e a comunidade e não abordar adequadamente as questões sistêmicas subjacentes, esse tipo de abordagem pode representar uma ameaça ao direito à educação.

O último trecho também exemplifica a categoria “Ameaça ao direito à educação”, pois impõe restrições à entrada dos alunos na escola, estabelecendo medidas punitivas, como o impedimento de participação dos alunos em aulas. Isso cria um ambiente educacional

desencorajador, podendo contribuir para evasão escolar e o aumento das disparidades educacionais, prejudicando o acesso à educação de forma integral.

A análise dos trechos selecionados da escola “Brincadeiras” revela uma dualidade em relação ao fortalecimento e à ameaça do direito à educação. A valorização dos vínculos afetivos fortalece a educação, enquanto a transferência inadequada de responsabilidades e a imposição de medidas punitivas criam barreiras.

4.3 Escola “Comunidade”

QUADRO 6: AVALIAÇÃO FORMAL DA ESCOLA “COMUNIDADE”

Categoria	PPP
1) Avaliação diagnóstica	<p>Avaliação diagnóstica solicitada pela Regional de Ceilândia para identificar fragilidades e potencialidades.</p> <p>Avaliação de acompanhamento das aprendizagens.</p> <p>Pré-teste.</p> <p>Avaliação diagnóstica.</p> <p>Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.</p> <p>Avaliações internas: Teste da psicogênese, Mapeamento ortográfico, Relatório de desenvolvimento individual do aluno.</p>
2) Conselho de classe	<p>Pré-Conselho: levantamento de dados e análise comparativa do desempenho dos estudantes.</p> <p>Conselho de Classe: definição conjunta de proposições para favorecer a aprendizagem.</p> <p>Pós-Conselho: implementação das ações definidas em parceria com a coordenação e outras equipes.</p>
3) Instrumentos avaliativos	<p>Avaliações realizadas nos três níveis: da aprendizagem, institucional e larga escala.</p> <p>Utilização do IDEB como referência para traçar estratégias e metas.</p> <p>Registro de Avaliação - RAV.</p> <p>Avaliação diagnóstica realizadas para Língua portuguesa e matemática, com a participação da Educação infantil, classes especiais, e primeiro e segundo blocos dos anos iniciais, os quais passaram por sondagem específica anual.</p>

	<p>Formas de avaliação:</p> <p>Educação Infantil: avaliações formativas e processuais, portfólio e Relatório de Desenvolvimento Individual.</p> <p>Classes especiais: avaliação diagnóstica e avaliações formativas e processuais.</p> <p>Avaliação formativa - acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens, diagnóstico, registro e intervenção.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

QUADRO 7: AVALIAÇÃO INFORMAL DA ESCOLA “COMUNIDADE”

Categoria	PPP
1) Fortalece o direito à educação	Não foi localizada.
2) Preventiva	Não foi localizada.
3) Ameaça ao direito à educação	<p>“De acordo com os dados da pesquisa realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, em 2015, somadas todas as variáveis do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, Ceilândia ficou com os piores indicativos do Distrito Federal. Região administrativa que carece de maiores investimentos por parte das esferas governamentais, a população da cidade sofre com a violência e com o abandono. Neste contexto de vulnerabilidade social está inserida a escola, onde as crianças presenciam cenas de violência diariamente nas ruas e muitas vezes dentro do próprio lar, o que as levam a demonstrar e reproduzir um comportamento não adequado dentro da sala de aula, necessitando de intervenção da equipe escolar” (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023c, p. 11).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A categoria associada à avaliação informal da escola “Comunidade” foi “Ameaça ao direito à educação” devido a fatores inter-relacionados. Primeiramente, a falta de investimentos governamentais resulta em escolas mal equipadas, com falta de apoio pedagógico e condições de ensino adequadas. Essa carência prejudica a qualidade da educação oferecida, comprometendo o direito à educação plena. Além disso, ao descrever a vulnerabilidade social das crianças, o texto faz uma observação válida sobre como essas condições influem no comportamento delas. No entanto, é necessário ter cuidado com essa associação, pois sugere uma relação direta entre os fatores externos e o comportamento dos alunos, sem considerar a complexidade das causas subjacentes. Essa simplificação pode levar a julgamentos que ignoram as necessidades de apoio emocional e psicossocial dos estudantes.

Ao analisar as categorias apresentadas “Fortalece o direito a educação”, "Preventiva", e “Ameaça ao direito à educação” percebe-se como essas práticas de avaliação informal podem se manifestar em diferentes contextos escolares. Freitas (2014) destaca que os juízos informais dos professores, frequentemente inconscientes, exercem significativa influência nas práticas de avaliação em sala de aula. Além disso, Freitas (2014) aponta que na avaliação educacional, tanto o campo predominantemente formal quanto o campo predominantemente informal podem influenciar no sucesso ou fracasso do aluno. Por exemplo, a categoria "Ameaça ao direito à educação" pode estar associada aos juízos negativos que os professores fazem dos alunos com base em sua origem social, afetando suas práticas de avaliação e influenciando diretamente no desempenho escolar.

4.4 Reflexões sobre as análises dos Projetos Político-Pedagógicos

Ao examinar as diversas categorias de avaliação formal e informal presentes nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Classe de Ceilândia-DF, fica evidente a complexidade e a variedade de abordagens adotadas pelas instituições educacionais. As práticas de avaliação informal, muitas vezes subestimadas, revelam-se cruciais para compreender os mecanismos que influenciam o sucesso ou fracasso dos alunos. A análise dessas categorias ressalta a necessidade de reconhecer e abordar juízos informais dos professores, que podem exercer um impacto profundo nas interações em sala de aula e, por conseguinte, nos resultados acadêmicos dos estudantes.

A ausência de reflexão sobre a avaliação informal nos Projetos Político-Pedagógicos não significa que ela não ocorra, pelo contrário, ela acontece constantemente. No entanto, ocorre sem uma reflexão e sem intencionalidade. Quando a avaliação informal acontece sem reflexão, tende a impactar negativamente os grupos mais vulneráveis e impede a garantia de que essa reflexão ocorra nas formações dos profissionais da escola. Sem essa abordagem, os profissionais da educação podem se guiar pelo senso comum, que frequentemente reforça discriminações e minimiza direitos. O senso comum tende a perpetuar preconceitos, o que coloca os grupos vulneráveis em maiores dificuldades, podendo fortalecer o *bullying* e outras formas de discriminação. Portanto, a ausência de uma abordagem intencional da avaliação informal nos Projetos Político-Pedagógicos é uma falha, pois negligencia a necessidade de enfrentar e mitigar os impactos negativos que essas práticas podem ter sobre os estudantes. É fundamental que esses documentos incluam diretrizes específicas sobre as práticas de avaliação informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo empreendeu uma investigação sobre avaliação escolar nos Projetos Político-Pedagógicos de três escolas da Ceilândia, Distrito Federal. Inicialmente, foram delineados conceitos fundamentais de avaliação, ressaltando sua importância como componente do trabalho pedagógico e como elemento integrado ao Projeto Político-Pedagógico. Denominado assim por reunir aspectos sociopolíticos e pedagógicos, esse documento desvela as intenções e práticas educacionais da escola, as quais devem transcender o âmbito teórico e materializar-se no cotidiano escolar.

A compreensão dos diversos conceitos e abordagens avaliativas serviu como fundamento para afirmar a importância da avaliação formativa, reconhecida como um processo contínuo e dinâmico. Além disso, destacou-se que outras formas de avaliação, dependendo da intencionalidade e finalidade, podem complementar a avaliação formativa. A análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos e a consulta à literatura relevante proporcionaram um panorama das práticas avaliativas, essenciais para compreender esses objetos educacionais.

A investigação das articulações entre avaliação formal e informal nos Projetos Político-Pedagógicos revelou uma predominância da avaliação formal. Por outro lado, a avaliação informal, foi negligenciada nos documentos analisados. Essa constatação ressalta a ausência de uma abordagem clara da avaliação informal nesses documentos, apesar de seu impacto significativo na aprendizagem dos estudantes.

É importante destacar que, apesar da ausência de reflexão acerca da avaliação informal, ela existe e é provavelmente guiada pelo senso comum. Isso representa um risco para proteção de direitos e a inclusão de grupos mais vulneráveis na escola, aqueles que são os maiores alvos de discriminações. Portanto é fundamental que os Projetos Político-Pedagógicos incluam diretrizes específicas para a avaliação informal, de modo a mitigar impactos negativos na educação.

As escolas “Leitura”, “Brincadeiras” e “Comunidade” revelaram uma diversidade de abordagens, essenciais para a compreensão tanto da avaliação formal quanto da informal. No entanto, também evidenciaram silenciamentos presentes nos documentos, especialmente em relação à avaliação informal. Essas descobertas ressaltam a necessidade premente de reconhecer e abordar questões relacionadas à avaliação informal de maneira mais explícita, além de promover reflexão e intencionalidade nos documentos que orientam as práticas educativas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Letícia de Almeida. **A avaliação na escola: um olhar além da sala de aula.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.
- BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Tipos de revisão de literatura.** Botucatu: Faculdade de Ciências Agrônomas; UNESP, 2005. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996.
- CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – **PDAD 2021.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Ceilandia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- FERNANDES, Cláudia de O. **O que a escola pode fazer com os resultados dos testes externos?** In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2017.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão.** 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DO DISTRITO FEDERAL. **Ceilândia RA - IX.** Brasília, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/ceilandia-ra-ix/>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** 6ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação formativa ou avaliação mediadora?** Blog Didática Geral. 13 out. 2011. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/08/avaliatio-formativa-ou-avaliatio-mediadora-1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.
- JOVCHELOVICH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pedagógica Pátio**, Porto Alegre, v. 3, n. 12, s/p, 2000.

MARTINS, Cláudia Rodrigues de Camargo. **Práticas Avaliativas Formativas no contexto da periferia: limites e possibilidades**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2012.

MATTAR, João; RAMOS, Daniele Karine. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. São Paulo: Edições 70, 2021.

MELO, Solange Amorim Ozório. **Avaliação das aprendizagens: entre a formal e informal**. Monografia (Especialização em Coordenação Pedagógica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RODRIGUES, Rodrigo Soares Guimarães. **Avaliação formal**. In: GONTIJO, Simone Braz Ferreira; LINHARES, Vânia Leila de Castro Nogueira (org). Dicionário de avaliação educacional. Brasília, DF: Editora IFB, 2023.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar: critérios e instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Leitura**. Brasília, DF: SEEDF, 2023a.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Brincadeiras**. Brasília, DF: SEEDF, 2023b.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Comunidade**. Brasília, DF: SEEDF, 2023c.

SILVA, Angélica Aparecida Ferreira da; WIGGERS, Ingrid Dittrich; MORAIS, Lucimara Gomes Oliveira de. **Crianças na pandemia da Covid-19: diálogos sobre infâncias**. Educação em Foco, v. 26, n. 49, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6618>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SINCLAIR, S.; ROCKWELL, G. **Termos**. Ferramentas Voyant, 2023. Disponível em: <https://voyant-tools.org/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: Uma construção possível**. 29ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **A avaliação na escola.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Conversas sobre avaliação.** Campinas, SP: Papirus, 2019.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio.** Linhas Críticas, v. 12, n. 22, p. 75–90. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3283>. Acesso em: 5 abr. 2024.